



**REDE DE
EDUCAÇÃO
CIDADÃ**

PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ORGANIZATIVO DA RECID PARA O TRIÊNIO 2012 - 2014

*Da nossa diversidade,
a força e unidade para
construir um Projeto Popular.*



PLANO POLÍTICO, PEDAGÓGICO E ORGANIZATIVO DA RECID TRIÊNIO 2012 - 2014

1- INTRODUÇÃO.....	3
2. CONJUNTURA.....	4
3- GRANDES DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA O PRÓXIMO TRIÊNIO.....	5
4 - BASE CONTEXTUAL DA RECID.....	8
3.1- No campo formativo-educativo:	8
3.2- No campo da comunicação:.....	9
3.3- No campo da Gestão Compartilhada:	10
3.4- No campo da Organicidade:	11
5- 3º PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO (2012 – 2014)	12
5.1- O que queremos – objetivos	12
5.2- Como faremos – metodologia.....	14
5.3- Conteúdos.....	17
5.4- Como vai acontecer o programa - ações	19
5.5- Calendário PNF para o triênio.	23
6 - POLÍTICAS GERAIS DA AÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ	24
6.1 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO.....	24
6.2 - POLÍTICA DE GESTÃO COMPARTILHADA.....	27
7- DIRETRIZES DA ORGANICIDADE DA RECID	30

1- INTRODUÇÃO

No início de 2011, mais precisamente como um desdobramento do Planejamento Nacional, sistematizado na 1ª Reunião Ampliada, realizada em fevereiro de 2011, a Rede de Educação Cidadã (Recid) desencadeou um processo e um exercício profundo de avaliação de sua caminhada no triênio 2009 - 2011. Organizado em quatro linhas de ações complementares, este planejamento previa na sua linha 1: “Avaliar e atualizar as políticas e processos elaborados no 9º Encontro Nacional, à luz do PPP – Programa Nacional de Formação (PNF) e as Políticas de Comunicação, Organicidade e de Gestão e Sustentabilidade”.

O primeiro passo se deu com a sensibilização dos estados e macrorregiões para a construção coletiva do instrumental de avaliação. A partir das sugestões recebidas, foi elaborada uma proposta de instrumental. Concluído e aprovado o instrumental, o segundo passo foi o início efetivo do processo de avaliação, com a participação de todos os estados na avaliação do PNF e das políticas da Recid. O resultado desta avaliação foi refletido e aprofundado, respectivamente, na IV Ciranda de Educação Popular, realizada no final de maio e no Encontro Nacional de Gestão, no início de junho de 2011.

Na sequência, seguiu-se a avaliação da Política de Organicidade. O resultado deste processo foi enriquecido e aprofundado na 2ª Reunião Ampliada, realizada em setembro de 2011. Nesta oportunidade, também foram aprofundadas as sugestões e propostas para as Políticas de Comunicação e de Gestão e Sustentabilidade, com base nas propostas vindas da IV Ciranda e Encontro Nacional de Gestão.

A última etapa deste segundo passo foi a avaliação do 2º Programa Nacional de Formação. A síntese das avaliações recebidas dos estados sobre o PNF foi organizada e refletida na reunião da Equipe Pedagógica e de Comunicação, realizada em novembro de 2011.

Concluído este passo, o terceiro se deu por ocasião da Reunião do Coletivo Nacional (CN, TN e CAMP), no início de dezembro. Nesta oportunidade, foi consolidado o processo avaliativo e encaminhado a elaboração do “Texto Base para preparação do 11º Encontro Nacional da Recid”. Este texto, contendo o resultado do processo avaliativo acima descrito, foi encaminhado, em dezembro de 2011, para os estados para ser estudado, discutido e emendado, em vista de ser consolidado e deliberado no 11º Encontro Nacional da Recid.

Esta é a síntese deste processo de construção que, resultado de um amplo processo participativo, foi aprovado no 11º Encontro Nacional da Rede de Educação Cidadã, realizado em março de 2012, levando-se em conta a análise conjuntural ampla do que se delineia a médio e longo prazo, os grandes desafios estratégicos apontados pelas macrorregiões, a implementação do 3º Programa Nacional de Formação e a consolidação das propostas para as Políticas de Comunicação, de Gestão e Sustentabilidade e, finalmente, as orientações para a organicidade da Recid em toda sua complexidade.

Este exercício representa mais um marco na trajetória da Recid, no sentido não só de avaliar, mas projetar o futuro da Rede para os próximos três anos, tendo por base o grande acúmulo de experiências e debates em torno da sua prática pedagógica e política, com o grande desafio de, partindo da rica diversidade, construir a unidade em torno de um Projeto Popular para o Brasil.

2. CONJUNTURA

A prática da Recid não se dá no vazio. Se dá em diferentes contextos e realidades. Para isso, é nesta conjuntura em que o nosso processo político, pedagógico e organizativo estão inseridos. Neste sentido, pensar a Recid implica não apenas uma reflexão sobre a sua estrutura interna e políticas, mas como ela se relaciona com o momento histórico e com os grandes desafios da realidade. Por isso, é necessário ter como ponto de partida a percepção de como a Recid, bem como o seu Projeto Político Pedagógico, se situam na conjuntura política brasileiro, latino-americano e mundial.

Vivemos um período de extrema efervescência política, econômica e social, suscitada pela crise global em que o capitalismo se encontra. No início do século XXI, a chama das lutas populares toma as ruas e praças das grandes cidades com gritos de ordem antiglobalização e pela democratização.

Fruto de décadas de hegemonia do pensamento, como também dos valores neoliberais, ainda vivemos um movimento de “precarização da vida” e de insuficiência das utopias. Em razão disto, a luta se intensifica nas praças e toma novas formas. Não é só mais “proibido proibir”. O sentimento do “nada a perder e nem esperar”, somado às questões ambientais, à ineficácia da democracia representativa e a um consumismo desenfreado, move a sociedade contemporânea e fortalece as lutas e mobilizações.

Outro elemento importante é a percepção, em plano internacional, de haver um domínio da elite, porque permitiu-se isso e ainda vota-se na burguesia para que ela faça o que quiser. As “revoluções árabes” (Oriente Médio e Norte da África) - primeiro na Tunísia, depois Egito e outros países, embora em curso e sem resultados consolidados, na luta por democracia, reacendem a esperança e convidam à revolta contra o poder estabelecido. A partir da crise econômica que, também é social, ambiental, cultural, de valores, lutas e mobilizações sociais, especialmente de jovens e trabalhadores, desdobram-se pela Europa. Os Indignados da Espanha gritam por reformas econômicas, sociais e democracia. Os gritos desses dois pólos, o político e o econômico, revelam propostas diferentes: enquanto a Primavera árabe luta por democracia, *Puerta Del Sol*, em Madrid, ecoa um movimento por emprego, garantia da qualidade de vida. Ou seja, há um grito por democracia (primavera árabe) e outro, por mudanças no modelo econômico e social (Grécia, Espanha, Portugal), no “outono europeu”.

Esses movimentos têm antecedentes nas revoltas de Seattle, EUA, (1999), Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, Brasil (2001), Gênova, Itália (2001) e nos protestos em Davos, Suíça, no Fórum Econômico Mundial (2003), herdando semelhanças entre si, mas ao mesmo tempo se recriando a cada dia e conjuntura.

Já o continente latino-americano vem passando por um conjunto de transformações na última década, que o inserem em um novo ciclo político. Durante as décadas de 80 e 90, a América Latina viveu um período político muito difícil. Nestas décadas, se estabeleceu a hegemonia do projeto neoliberal que, além de significar o domínio dos interesses do capital internacional e do grande capital nacional associado, promoveu a construção de um paradigma de pensamento de Estado mínimo, mercado livre e absoluto. Consagrando como verdade única a concepção de que o modelo capitalista seria o auge do desenvolvimento da

humanidade e que, portanto, a História não veria mais transformações estruturais em termos de modelo de sociedade. Junto com este processo de naturalização do capitalismo e de suas desigualdades, ocorre um rebaixamento do horizonte de transformações e um descenso das lutas sociais.

O contexto torna-se extremamente adverso para as forças que lutam pela construção de outro projeto de sociedade. Podemos classificar o momento como um período de “descenso da luta de massas”. Contudo nas décadas de 80 e 90, gestou-se, na maioria dos países latino-americanos, em resistência, um conjunto de movimentos sociais que se contrapunham à agenda neoliberal, de privatização do patrimônio nacional e de restrição das políticas sociais.

Os movimentos populares foram gradativamente tomando forma política e se tornando vitoriosos eleitoralmente em vários países (Bolívia, Venezuela, Equador, Argentina, Brasil, Uruguai, entre outros). Governos com diferenças políticas, contradições entre si e em seus projetos e acontecendo em países com diferentes histórias. Estes se constituem, inegavelmente, um esforço do campo popular para a superação do projeto neoliberal e da construção da soberania do continente.

No Brasil, a expressão política por mudanças profundas nos rumos políticos e econômicos foi vitoriosa eleitoralmente em 2003, com a eleição de Lula. O novo projeto político iniciou a construção de uma agenda pós-neoliberal, ancorada, por um lado, em uma perspectiva econômica desenvolvimentista e, por outro, em políticas públicas de inclusão social.

Contudo, apesar, dos avanços desse projeto político em relação ao projeto neoliberal, as reformas estruturais que poderiam contribuir na construção de um Projeto Popular para o Brasil permanecem fora da agenda política do país. Deste modo, ainda que os setores populares tenham obtido melhoras significativas em sua qualidade de vida, ainda há um modelo de desenvolvimento de cunho capitalista e uma enorme dívida social a ser paga, sem o que não se alcançará a efetivação plena da cidadania no Brasil, tampouco a efetivação de um projeto democrático-popular.

Neste contexto contraditório, qual o papel que a Recid e seus educadores populares devem desempenhar para fortalecer o Projeto Popular para o Brasil? Sem dúvida esta é uma questão que deve ser ponto de reflexão, diálogo, avaliação e parâmetro para os processos de planejamento das ações da Recid nos estados, em diálogo com o Projeto Político Pedagógico, na direção e fortalecimento do Projeto Popular para o Brasil.

3- GRANDES DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA O PRÓXIMO TRIÊNIO

Resultantes de amplo processo de discussão e reflexão sobre a idéia da Recid adotar eixos de lutas, o 11º Encontro Nacional deliberou pela necessidade de aprofundar melhor esta dinâmica de atuação e optou por manter sua atuação em torno das bandeiras de lutas que contemplem a diversidade do campo popular, contemplando suas especificidades e particularidades das lutas e desafios próprios e mais presentes em cada macrorregião, conforme apontam os grandes temas de estudo dispostos no Plano Nacional de Formação - ponto 5 deste documento.

Contudo, a partir da necessidade de pensar e agir estrategicamente, em vista da construção, potencialização e efetivação do Projeto Popular para o Brasil, o 11º Encontro Nacional também discutiu e deliberou sobre cinco grandes desafios estratégicos que devem receber uma atenção especial da Recid no triênio 2012 a 2014, em vista de ganharem mais unidade, potencialização e força. Eis os eixos estratégicos aprovados e suas respectivas ações específicas:

1º- FORTALECER AS LUTAS CONTRA OS IMPACTOS DO MODELO NEO-DESENVOLVIMENTISTA, A PARTIR DO PROJETO POPULAR PARA O BRASIL:

- Fortalecer as lutas contra o agronegócio, hidronegócio e o atual modelo predatório de desenvolvimento;
- Promover ações contra as mudanças do código florestal;
- Apoiar a luta por reforma agrária, a agricultura camponesa/familiar e por modelo de produção agroecológico (bancos de sementes, etc.);
- Se opor as flexibilizações das leis ambientais nas regiões;
- Lutar contra os impactos dos grandes Projetos, especialmente na Amazônia, fortalecendo a resistência e organização dos trabalhadores e populações atingidas;
- Lutar contra exploração de recursos naturais e mercantilização da natureza (mineração, etc.) e pela justiça ambiental;
- Promover estágios de vivências em assentamentos e comunidades como ferramenta de fortalecimento da luta contra o modelo do agronegócio;
- Apoiar as lutas pela demarcação, titulação e desinversão dos territórios quilombolas e indígenas;
- Apoiar as lutas de resistência das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores);
- Fortalecer a Campanha contra o uso dos Agrotóxicos (inserção nos comitês estaduais);
- Fortalecer a Cúpula dos Povos e negar a Economia Verde.

2º- FORTALECER AS LUTAS CONTRA O PROCESSO DE EXCLUSÃO SÓCIO-TERRITORIAL NOS CENTROS URBANOS:

- Fortalecer a luta pela reforma urbana e contra os despejos forçados;
- Apoiar a luta pela PEC da moradia (nº 285/2008);
- Potencializar as lutas por mobilidade urbana e fortalecer os processos formativos nas periferias;
- Apoiar as lutas pela efetivação do Estatuto das cidades;
- Combater a lógica de repressão, segregação e higienização nos centros urbanos, decorrentes das políticas governamentais e megaeventos eventos, (UPPS, despejos etc.);
- Apoiar as lutas pela democratização e o direito à mobilidade urbana, garantindo a acessibilidade e transporte público de qualidade e passe livre;
- Apoiar a luta contra os megaeventos e apoio/participação nos Comitês Populares da Copa 2014.

3º- FORTALECER AS ORGANIZAÇÕES E LUTAS CONTRA TODAS AS OPRESSÕES E DISCRIMINAÇÕES COM ESPECIAL DESTAQUE AS QUE ATINGEM A JUVENTUDE E AS MULHERES:

- Estimular ações com a juventude que está entrando no mercado de trabalho;

- Incentivar o trabalho com a arte e a cultura popular como ferramentas de formação da juventude;
- Fortalecer as organizações populares da juventude;
- Se apropriar das discussões da conferência nacional de juventude e fortalecer a participação nos espaços de fóruns, conselhos de juventude;
- Apoiar a campanha permanente contra o extermínio da juventude;
- Fortalecer a organização das mulheres e o debate de suas pautas e lutas;
- Apoiar a luta pelo pacto nacional de combate a violência contra as mulheres e pela efetivação da política nacional para as mulheres;
- Informação, estudo e disseminação da Lei Maria da Penha na sociedade, especialmente junto às mulheres e à juventude;
- Fortalecer e apoiar as lutas da população negra, LGBT, pessoas com deficiências, população de rua, idosos, profissionais do sexo, criança e adolescentes, apenados e demais categorias que sofrem discriminação e exclusão social;
- Lutar e apoiar todas as iniciativas e manifestações contra a homofobia.

4º- RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA:

- Fortalecer a luta pela democratização dos meios de comunicação e o uso dos meios de comunicação alternativos;
- Apoiar a luta pela Reforma Política, fortalecendo os mecanismos de democracia direta: plebiscitos, referendos, audiências públicas, etc;
- Apoiar as lutas contra as privatizações (saúde, educação, saneamento e etc.);
- Apoiar a suspensão do pagamento da dívida pública e por sua auditoria já;
- Incentivar a formação sobre a lei de controle público e transparência social para empoderamento da população na luta por garantia de direitos;
- Qualificar nossa intervenção nos espaços de participação e controle social (fóruns, conselhos e conferências) respeitando a conjuntura e especificidades de cada estado;
- Questionar o modelo de educação tradicional e aprofundar o debate sobre educação popular como política pública, garantindo que seus princípios sejam orientadores na formulação da política, contemplando as especificidades da educação no campo e para comunidades indígenas e quilombola, entre outras;
- Apoiar a Campanha dos 10% do PIB para a educação;
- Avançar para a democratização do acesso aos recursos públicos, incidindo na discussão e efetivação do marco regulatório das ONGS;
- Fortalecer a concepção de democracia como democratização do poder, da comunicação, acesso aos serviços públicos básicos (saúde, educação, etc.) e não só como participação nos espaços institucionais;
- Fortalecimento das lutas contra as privatizações de instituições, serviços e bens públicos.

5º- FORTALECIMENTO DE AÇÕES QUE ACUMULEM PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POPULAR PARA BRASIL:

- Fortalecer a Assembléia Popular como ferramenta de construção da Unidade do Campo Popular;
- Fortalecer as experiências de Economia Solidária, cooperativismo, fundos solidários;

- Desenvolver ações de agitação e propaganda dos valores que anunciam este Projeto Popular e suas pautas;
- Fortalecer as articulações entre campo e cidade, com os movimentos sociais e suas Lutas;
- Emitir manifestos e cartas de apoio às lutas populares enquanto Recid;
- Fortalecer o Grito dos Excluídos;
- Fortalecer a 5ª Semana Social Brasileira.

Observação: nos processos formativos como já previsto no Programa Nacional de Formação, dar atenção especial à temática “Relações sociais de gênero” e a realização do I Encontro Nacional da Juventude de Recid.

4 - BASE CONTEXTUAL DA RECID

A Rede de Educação Cidadã, desde 2003, constrói um processo coletivo em torno de sua ação política e pedagógica. Estes momentos foram sempre pautados por tensões e, diálogos na dinâmica de Rede e na busca por superar suas contradições. Este documento resulta do acúmulo histórico, por meio dos registros e relatórios ao longo dos últimos anos.

Várias foram as iniciativas ao longo deste tempo: a construção do Programa de Formação de Educadores(as) Populares e Nucleação de Famílias (em 2005), elaboração de material pedagógico (publicações e vídeos), a sistematização de experiências que resultou na publicação “Vamos Lá Fazer o que Será”, entre outros.

Em 2007, a partir do acúmulo de diferentes experiências do trabalho de base em todo país e das conclusões da sua 1ª sistematização, a Recid assumiu, coletivamente, o desafio de elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, processo participativo consolidado em seu 8º Encontro Nacional, com participação de 300 educadores/as populares do Brasil.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), síntese do acúmulo da experiência iniciada em 2003, além das suas opções políticas e metodológicas, definiu os princípios e diretrizes que orientariam o trabalho de base, tencionando-o para a construção do Projeto Popular para o Brasil.

A seguir encontram-se os textos elaborados a partir do processo de avaliação coletiva desencadeada pelo planejamento de 2011 da Rede de Educação Cidadã organizados a partir das políticas de formação, comunicação, gestão compartilhada e organicidade.

3.1- No campo formativo-educativo:

A conjuntura política brasileira e internacional coloca o grande desafio de retomar o trabalho de base e intensificar a formação política do povo brasileiro não apenas para compreender a sua realidade, mas também para atuar rumo à sua transformação.

Isso exige criar condições para superar a cultura da passividade, romper com o silêncio, com a adaptação e a naturalização das desigualdades; propor alternativas para a transformação do modelo de dominação do capital rumo a um modelo de sociedade humanizante, com novos valores e nova organização econômica e social.

A educação popular historicamente e hoje, cumpre um papel como ferramenta fundamental nesta tarefa.

Esta concepção, segundo o professor Moacir Gadotti, se contrapõe aos demais modelos de educação porque é voltada para a realidade vivida pelas pessoas, para compreensão dela, de sua história e para construção dos meios necessários para superação coletiva das suas limitações e problemas.

Neste sentido, a Recid assume, em seu PPP, a opção metodológica, que é uma opção política, de trabalhar com o referencial teórico-prático da educação popular crítica, formulada por Paulo Freire, dialogando e acolhendo as contribuições de autores do campo popular.

A Recid assume esse compromisso político de realizar um processo educativo partindo das diferentes realidades, numa relação dialógica, buscando relacionar a dimensão micro e macro, vivenciar um processo de humanização e de novas relações rumo ao Projeto Popular para o Brasil.

Expresso em vários de nossos documentos e na ação coletiva desencadeada pela Rede o Projeto Popular ainda carece de força para se tornar uma alternativa real e concreta. A ação em Rede é muito rica e diversificada, porém ainda insuficiente para contaminar a consciência coletiva do povo brasileiro no combate às injustiças de forma massiva e articulada. Um grande desafio a enfrentar é a fragmentação da luta em torno deste objetivo comum de construção do Poder Popular.

3.2- No campo da comunicação:

A conjuntura e a ideologia postas no campo da comunicação reforçam uma mídia que nunca esteve e não está a serviço da emancipação dos povos, pois sempre favoreceu a elite brasileira detentora desses meios. Neste sentido, podemos considerar que a Política de Comunicação do país não avança para o enfrentamento da concentração e a quebra do monopólio da mídia no Brasil. Atualmente a mídia tem uma estratégia clara de inversão dos fatos e de criminalização das lutas e dos movimentos sociais, tendência que o governo parece não optar por reverter.

Neste cenário, a Rede de Educação Cidadã tem fomentado a formação política no campo da comunicação popular e a apropriação dos instrumentos tecnológicos, a partir da realidade regional considerando a sua diversidade, porém, ainda é preciso investir na aquisição de equipamentos e recursos destinados a este fim.

A política de comunicação precisa preparar e formar os/as educadores/as no campo teórico e prático numa perspectiva multiplicadora que prime pelo aspecto qualitativo e político, avançando na politização da sociedade para utilização dos meios de comunicação.

Podemos considerar que avançamos pouco nesse debate, mas destacamos que, a partir da Política de Comunicação (2009 a 2011), a Recid criou vários instrumentos de comunicação, além de buscar qualificar outros. Pelo fato de termos focado mais nas ferramentas, temos o desafio de avançar para compreender a comunicação não apenas como uma ferramenta de repasse de informação, mas como instrumento pedagógico e político de transformação. A democratização, neste campo virá junto com a formação político-ideológica.

A mecanização da comunicação e da vida está presente nas formas como se faz comunicação hoje; precisamos vivenciar a comunicação, levando em conta o PPP e relações sociais mais humanizadoras.

Avançamos na comunicação interna, mas precisamos romper com o poder da mídia que é contrária à construção do poder popular. Neste sentido, é importante que a Recid paute uma política de comunicação que possibilite aos estados o fortalecimento deste poder.

Os desafios postos à Recid perpassam pela discussão em torno do marco regulatório, das rádios comunitárias, de softwares livres, da internet gratuita e de outras questões de caráter político.

Sendo assim é importante dar visibilidade às ações da Recid, mas a comunicação precisa fortalecer e, sobretudo, dar visibilidades às lutas dos movimentos. É preciso considerar que são os movimentos que dão vida a Recid.

3.3- No campo da Gestão Compartilhada:

Gestão Compartilhada é a forma de planejamento, utilização e prestação de contas dos recursos e processos. Por ser uma “forma”, a Gestão Compartilhada relaciona-se muito intimamente com a organicidade de Rede, com a gestão político-institucional e com a compreensão da totalidade dos processos em rede.

A Gestão Compartilhada não é um fim em si; ela é um instrumento a serviço dos objetivos da Recid; é um meio, por isso deve ser coerente com os princípios e diretrizes do Projeto Político Pedagógico.

O PPP caracteriza-se por propor a transformação social de um mundo organizado de valores e relações capitalistas para um mundo organizado a partir de relações e valores de solidariedade e não capitalistas. Portanto, a gestão dos recursos da Rede encontra-se em conflito com as regras de gestão ditadas pelo marco legal brasileiro de um Estado de Direito, contudo, capitalista. A gestão de recursos oriundos deste Estado, destinados a processos formativos/educativos é possível, mas isso exige um esforço extraordinário por parte de todos/as envolvidos/as para a realização das atividades propostas pela Rede.

A Recid, ao longo desses anos, vem otimizando a utilização do dinheiro público de forma democrática e com uma finalidade político-pedagógica, que além de pública deve ser popular e emancipatória. Ou seja, na Rede o dinheiro público deve ser utilizado com o povo e para finalidades populares. Este recurso deve construir relações de solidariedade que enfrentem as desigualdades materiais, as opressões e permitam ao povo entender como funciona o Estado. Numa dinâmica em que as pessoas saem de uma postura passiva para uma postura ativa, participantes como sujeitos do processo.

Neste sentido, a Gestão Compartilhada aponta para a autogestão dos recursos, em que as pessoas têm papéis diferentes, vivenciam uma experiência educativa de gestão e não reproduzem relações autoritárias. O maior desafio neste campo é promover o debate com o Estado, conhecer a fundo e propor alternativas que sejam consideradas e aceitas no atual marco regulatório do repasse de recursos do Estado para projetos emancipatórios de finalidades popular e transformadora.

Aos princípios da administração pública (eficiência, moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e transparência) devem somar-se a

democratização e a finalidade de construção do Projeto Popular na Gestão Compartilhada da RECID.

Para a Rede de Educação Cidadã a Gestão Compartilhada caracteriza-se por:

- Gestão de recursos e dos processos como uma forma de organização, de compreensão do todo e de vivência político pedagógica;
- Co-responsabilidade e ampla participação nos momentos de planejamento, execução e avaliação;
- Ser instrumento para consolidação dos objetivos políticos da Rede, por isso deve ser coerente com o PPP;
- Garantir a sustentabilidade política e pedagógica da ação em rede.

3.4- No campo da Organicidade:

Pensar na organicidade da Rede é garantir a vivência do PPP nos coletivos até aqui constituídos, destacando o Princípio 11 e a busca por relações horizontais e colegiadas, além de partir da riqueza de sua diversidade. Não se pode pensar a organicidade sem relacioná-la ao conjunto de princípios que dizem respeito às suas opções políticas e pedagógicas.

A organicidade da Recid tem em sua natureza, primeiro: o desafio da vivência em Rede, relacionada com a sua especificidade – pé dentro (governo) e pé fora (sociedade) - e, segundo: como um espaço coletivo que articula os movimentos sociais. Neste sentido, busca assegurar o princípio da colegialidade na gestão política e pedagógica, assim como dos processos, o que não quer dizer que não haja espaços de decisões e pessoas que coordenem as ações. Por isso, faz-se necessária a discussão para definir cada vez mais o papel de cada um/uma que compõem os espaços de deliberações políticas e a sua operacionalidade.

O princípio 11 do PPP e suas 5 diretrizes, que buscam reforçar a identidade, horizontalidade e organicidade da Rede, tem sido os orientadores dos processos que buscamos construir. Neste sentido, pensar em diretrizes da organicidade é pensar nos papéis dos diferentes sujeitos e espaços para que possamos avançar e, dentro do possível, garantir uma organização onde a construção coletiva parta das diferentes realidades, considerando as especificidades, porém, assegurando o princípio da unidade dentro da diversidade. Este é o maior desafio para este campo, garantir a unidade de ação da Rede sem ferir a autonomia de cada espaço coletivo.

A Recid nos últimos anos tem vivenciado o Projeto Político Pedagógico e possibilitado debates no sentido de acumular no campo da educação popular, com seus programas de formação, na gestão compartilhada, na comunicação popular e na cultura da organicidade em rede. Portanto, o processo de avaliação que vem sendo vivenciando, principalmente nos dois últimos anos, é de fundamental importância para se avançar na construção de diretrizes mais detalhadas sobre o funcionamento de cada um dos campos em torno dos quais vem organizando sua prática.

5- 3º PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO (2012 – 2014)¹

A partir de 2008, a Rede assumiu o desafio de transformar as diretrizes do PPP em ações nacionais, regionais, estaduais e locais por meio de planejamentos participativos para um período de tempo mais longo. Entre as ações pensadas para este planejamento, revelou-se importante priorizar a elaboração do 2º Programa Nacional de Formação para educadores/as populares de forma a fortalecer os processos locais e o trabalho de base.

Outro passo importante foi a organização do 9º Encontro Nacional em julho de 2008 com desafio de identificar os elementos necessários para organização inicial do planejamento participativo com linhas de ação até 2010. O círculo temático: “Formação e Trabalho e Base”, realizado neste encontro, reafirmou a importância de organizar, de forma contínua e por um período mais longo, processos de formação com educadores/as populares à luz do PPP, nas esferas nacionais, regionais e locais. Foi apontada a relevância da pesquisa participante no levantamento do universo temático, com ênfase para o aprofundamento da metodologia da educação popular freireana e o estudo da realidade brasileira, valorizando pensadores/as na perspectiva da transformação social.

Outro aspecto recomendado foi a prática da sistematização das experiências de educação popular na Rede como contribuição para a construção do Projeto Popular para o Brasil, assim como a importância da formulação de indicadores qualitativos para avaliação dos processos em curso.

Em março de 2009, foi realizado o Encontro Nacional de Sistematização do Programa de Formação, com a presença de 1 educador/a de cada estado e do Distrito Federal. Na oportunidade, a partir do conjunto das pesquisas enviadas pelos estados, foi levantado o universo temático nacional e desenvolvidas as propostas que buscaram articular os temas numa proposta metodológica, para os anos de 2009 a 2011.

Desde então um conjunto de ações nacionais, estaduais e locais foram realizadas para dar vida e materialidade ao 2º Programa Nacional de Formação. Esta vivência foi avaliada pelas equipes estaduais, e sintetizada em novembro de 2011 pela Equipe Pedagógica / Comunicação e mais um educador(a) representante de cada macrorregião. O consenso foi que não se tratava de construir um novo programa de formação, mas de atualizar o PNF a partir do vivenciado e dos apontamentos dos estados. Mas também foi avaliada como necessário que as equipes estaduais se apropriem mais do PNF e que o grande fluxo e as mudanças de educadores/as liberados/as não deve comprometer a continuidade do mesmo, ele deve estar sempre vivo e orientando as ações.

5.1- O que queremos – objetivos

A FINALIDADE DO 3º PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO É: desenvolver processos de formação, continuados e integrados de educação popular, referenciados no Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã, para fortalecer os processos de formação dos coletivos estaduais, municipais, grupos e

¹ Conforme aprovado no XI Encontro Nacional.

núcleos nas comunidades e a organização popular tendo em vista a construção de um Projeto Popular para o Brasil. (objetivo referendado pelas avaliações do PNF).

As finalidades específicas deste programa:

- Fortalecer o trabalho de base como elemento fundante da educação popular, garantindo com mais empenho, o protagonismo de todos os sujeitos envolvidos/as;
- Contribuir com o fortalecimento da identidade da Recid;
- Estudar o referencial teórico-metodológico da educação popular;
- Potencializar a gestão compartilhada, a comunicação, a organicidade e sustentabilidade em rede;
- Fomentar a articulação com outras redes e movimentos;
- Aprofundar os instrumentos de análise de funcionamento da sociedade (conjuntura e estrutura social – Estado, modos de produção ...);
- Ampliar a participação de novos/as e jovens educadores/as nos processos de formação;
- Articular-se e potencializar os movimentos e grupos de Juventude já existentes.
- Ampliar e manter momentos de formação continuada (estudos nos planejamentos e encontros estaduais, leitura coletiva periódica das práticas, ampliar espaços formativos sistemáticos, realização de escolas permanentes de educação popular, presencial e à distância, etc);
- Envolver maior número de sujeitos em todos os processos da Rede buscando ainda mais a participação das entidades parceiras no fortalecimento do trabalho e da educação popular e, assim, garantir com mais empenho o protagonismo dos sujeitos envolvidos (estimular a unificação de agendas e bandeiras de lutas nacionais, priorizar nos planejamentos estaduais o fomento de novas parcerias);
- Aprofundar a metodologia da sistematização;
- Participar dos espaços políticos de debate;
- Contribuir com a formação da educação popular nos e com os movimentos populares;
- Intensificar a prática da análise de conjuntura a partir da realidade local em diálogo com a conjuntura nacional e com qualidade que possa contribuir para intervenções eficazes;
- Potencializar formação política, focando novas militâncias nos espaços das macrorregiões, nos intermunicipais;
- Valorizar o protagonismo juvenil, fortalecer a identidade do jovem através da cultura popular e possibilitar o intercâmbio entre a juventude e os diferentes saberes;
- Promover e realizar um encontro nacional da juventude da Recid;

- Continuar reafirmando a Recid enquanto articuladora no campo da formação e fortalecimento dos grupos de base na construção do poder popular;
- Garantir e potencializar a vivência do PPP nos espaços formativos.
- Garantir ao Secretariado da Recid momentos de formação, no turno de trabalho;
- Garantir e aprofundar nas formações e espaços da Rede o debate sobre as questões de gênero, raça e etnia

5.2- Como faremos – metodologia

Este Programa parte da ideia, primeiro, da formação de educadores/as populares articulados em rede que, por sua vez, vão fortalecer os processos de formação com diferentes grupos acompanhados. Para isto, opta-se, pela metodologia da educação popular formulada por Paulo Freire. Neste sentido, as equipes de educadores/as distribuídas por todos os estados da federação e Distrito Federal, juntamente com as equipes de coordenação geral e acompanhamento das atividades, mais centenas de pessoas, militantes, voluntários/as, coordenam a execução de atividades educacionais: oficinas de formação, encontros regionais, encontros macrorregionais e encontros nacionais.

As atividades locais como oficinas, buscam levantar a realidade local, articular estas, aos temas mais gerais no que toca ao exercício da cidadania e à transformação social. Portanto é a partir de uma leitura e análise atenta e crítica da realidade local, articulada à conjuntura mais global, aos eixos de luta, à luz do PPP, que os educadores/as, em coletivo, vão optando por quais processos de base vão fortalecer: organização de quilombolas, de mulheres e indígenas, por exemplo. Mas isso, quem vai dizer é a realidade local.

Esse esforço coletivo fomenta os encontros locais e estaduais, que por sua vez dão elementos para os encontros entre as regiões do país, articulando a análise das realidades locais, estaduais e nacionais formando uma rede de conhecimento, análise e criação de mecanismos de enfrentamento das violações de direitos e exercício de cidadania. Em rede, os sujeitos envolvidos assumem responsabilidades individuais e coletivas na solução da problemática social local e nacional, tornando-se protagonistas deste esforço.

Concebendo a educação popular como um processo contínuo e permanente, a metodologia proposta por este Programa está referenciada no Projeto Político Pedagógico da Recid.

A prática educacional da Rede de Educação Cidadã busca realizar suas atividades seguindo os três momentos pedagógicos da educação popular: estudo da realidade, aprofundamento teórico e aplicação do conhecimento (diretriz 8.3 do PPP), sempre numa relação de diálogo (princípio nº 7, PPP) com as diferentes realidades e experiências. A idéia da ação-reflexão-ação guia a prática educacional. Cada atividade realizada deve conter estes três momentos, da mesma forma, todo o processo de formação segue este caminho.

- 1- ESTUDO DA REALIDADE: Partir da Realidade imediata, que é resultado não só de uma ação ou experiência, mas de toda uma prática social e histórica, *PARA QUÊ*:

2- APROFUNDAMENTO TEÓRICO: Possamos apropriar-nos de conceitos teóricos que nos permitam conhecer as distintas dimensões da realidade imediata e global, descobrindo as contradições mais profundas, *COM O OBJETIVO DE:*

3- APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO: Aplicar estes conhecimentos teóricos como guia para construir uma nova visão da realidade e realizar ações transformadoras através de uma prática revolucionária.

Todo o processo só tem sentido se for coletivo, com a participação de todas as pessoas envolvidas, afinal partir da realidade é também partir da coletividade.

ELEMENTOS TRANSVERSAIS:

Alguns elementos são transversais a todo esse movimento e, precisam estar presentes e assegurados em todas as ações da Recid. Por isso, mais do que estudados, devem ser vivenciados e incorporados em todo o processo formativo. Esses elementos são:

SISTEMATIZAÇÃO:

Sistematizar um momento educacional é organizar os conhecimentos produzidos pela prática. Neste sentido, o bom registro das práticas é um importante passo para garantir os processos de sistematização. A sistematização é um processo de reflexão coletiva sobre a ação para qualificá-la, retomando os momentos pedagógicos para produzir conhecimentos novos. Um exemplo: filmar um encontro e editar um documentário sobre o mesmo é uma forma de registro e pré-condição para sistematizar a prática. Da mesma maneira, escrever cartas pedagógicas e fazer desenhos que representem a experiência, encenar a vivência em peça de teatro, etc.

A inserção da prática sistematizadora em processos de educação popular tem revelado a pertinência e a relevância dessa ação no amadurecimento teórico e prático das experiências. Numa educação que atua sob uma perspectiva emancipadora, o processo de sistematização é concebido como uma construção participativa de conhecimento que garante o protagonismo dos sujeitos que com ela estão envolvidos.

É de grande valia para desencadear os processos de sistematização, organizar momentos de formação com os educadores da Rede que vão coordenar os processos. Momentos de reflexão sobre o que é sistematizar, para que sistematizar, como sistematizar, como comunicar a experiência são questões necessárias que podem responder o processo da sistematização.

HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES E MÍSTICA:

Ao praticar uma educação diferenciada criamos posturas críticas que combatem a desumanização provocada pela mercantilização e “coisificação” da vida promovida pelo modo de produção capitalista (diretrizes 3.3 e 3.6 do PPP). Portanto, a valorização da equidade de gênero, etnia, geração, sexo, classe e a promoção de uma mística da libertação são práticas essenciais a todos os processos educacionais da Rede. Não se trata apenas de respeitar as diferenças, mas, valorizá-las como a essência da própria vida. Neste sentido, construímos a prática

da escuta, do diálogo atentos e capazes de perceber e de respeitar a riqueza da diversidade (diretriz 12.2 do PPP).

A mística deve ser vivida, como sentimento de pertença, gratuidade, partilha e construção coletiva, cultivo de valores, mas, sem perder a visão e a prática do objetivo maior que é a libertação (diretriz 12.1 do PPP). Isto se traduz concretamente, em nossos espaços formativos, com o cuidado com a acolhida aconchegante, com o/a outro/a, com a preparação de um ambiente gostoso para a formação, com a garantia da participação, valorização de elementos culturais, lúdicos e criativos, etc.

COMUNICAÇÃO:

A comunicação é a essência do diálogo. Para nos relacionarmos com as pessoas temos que nos comunicar e nos sintonizar uns com os outros. Os saberes dependem das relações e da comunicação para existir. Neste sentido, a comunicação é elemento transversal.

A comunicação na Recid é entendida como um processo coletivo de construção do conhecimento, de humanização, de diálogo, de relações horizontalizadas e de expressão da diversidade, tendo em vista a perspectiva da sua democratização e da transformação social (ver Política de Comunicação, 9º Encontro Nacional).

Comunicar os nossos saberes é algo diretamente relacionado à sistematização de nossas ações. Como foi citado acima, sistematizar é organizar nossa prática; comunicar é dar vida e aplicação prática para o que produzimos. Comunicamo-nos através de meios e formas (jornais, fanzines, utilização de símbolos, teatro, etc. Sendo assim, é preciso explorar todos os sentidos e canais possíveis em nossa comunicação).

GESTÃO COMPARTILHADA E ORGANICIDADE:

A organicidade é vista como unicidade da ação pedagógica nas várias instâncias, contemplando a diversidade regional e local (especificidades do trabalho de base), é a relação que a pessoa tem com o todo da Rede.

O elemento transversal requer que, o planejamento de todas as ações seja participativo, que toda tomada de decisão seja coletiva, que a Rede viva a democracia e a participação (Princípio nº 11, PPP). Assim, atingirmos as relações de poder em busca da horizontalidade é valorizarmos a participação efetiva e afetiva.

AValiação:

A avaliação sobre as ações do PNF deve considerar o processo coletivo de construção dos processos, envolvendo planejamento da ação, execução e a produção de materiais. O processo sempre envolverá indicadores materiais e subjetivos dos grupos envolvidos.

Portanto, o Programa Nacional de Formação deve pensar todas suas atividades respeitando os momentos pedagógicos junto com a vivência da sistematização, humanização das relações, comunicação, gestão compartilhada e organicidade e avaliação..

Assim, enquanto instrumento político-pedagógico, a educação popular é um espaço que produz e desvela relações conflituosas e contraditórias da sociedade; mas, ao mesmo tempo, permite o estabelecimento de relações afetivas, cooperativas e solidárias, com práticas pedagógicas participativas, propositivas e respeitadas, que possibilita o encontro e os confrontos a respeito da construção de saberes e de estratégias de intervenções concretas na realidade.

5.3- Conteúdos

Os conteúdos trabalhados pelo Programa Nacional de Formação foram elaborados a partir da Pesquisa Participante realizada no segundo semestre de 2008 e início de 2009 e avaliados/redimensionados em 2011. Trata-se contudo de uma lista aberta de temas a serem estudados, partindo da realidade de quem participará do Programa. Desta forma os conteúdos estão divididos em quatro grandes temas que vão se cruzar durante as atividades de formação nacional da Rede. Por outro lado, a avaliação continuada das atividades poderá acrescentar ou retirar conteúdos, desde que partam de instância com legitimidade para tanto.

TEMA: METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Subtemas:

- Sistematização;
- Pesquisação;
- Análise de conjuntura;
- Categorias do PPP - Retomada e aprofundamento;
- Educação popular como Política Pública;
- Aprofundamento da obra “Pedagogia do Oprimido” – Paulo Freire;
- Gestão Compartilhada e humanização das relações;
- Mística;
- Aprofundamento das diferentes concepções do trabalho de base;
- Concepções pedagógicas;
- Concepções de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos educativos;
- Educação presencial e à distância;
- Método (materialismo histórico dialético) dialogando com as diferentes realidades e metodologia de Educação popular. Sugestão de leitura para aprofundamento: “Educação popular e a construção do campo popular na América latina”. Conceição Paludo;
- Processo de formação de consciência de classe.

TEMA: O ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO E O PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

Subtemas:

- Capital e trabalho;
- Doutrinas e ideologias dominantes;
- Aprofundar a concepção de Estado;
- Formação social brasileira e latino americana, trazendo as especificidades macro regionais, biomas e territórios (Fundamentação em autores brasileiros: Florestan, Caio Prado, etc...);
- Estado, luta populares, classes e estratégia;
- Economia: capitalista e socialista (teoria e prática);

- Economia popular solidária e Economia solidária (teoria e prática);
- Autogestão social política e econômica (associativismo, auto-gestão...);
- Divisão social do trabalho;
- Políticas públicas e controle social pela base (conselhos, etc);
- Democracia e soberania;
- Diferentes formas de democracia;
- Novos valores e ações para efetivação do poder popular;
- Direitos Humanos e Sociais (saúde, moradia, cultura...);
- Modelo agrário brasileiro;
- A teoria Marxista;
- Gênero, raça e etnia;
- Estratégia e táticas políticas;
- Formulações dos PPB (Cartilha Assembleia Popular);
- Dívida pública brasileira;
- Combate a corrupção;
- Os grandes projetos;
- Economia verde.

Obs: Aprofundar obras do Paulo Freire.

TEMA: GESTÃO, ORGANICIDADE E SUSTENTABILIDADE

Subtemas:

- Relações de poder e concepção de rede;
- Marco legal brasileiro;
- Concepção de gestão compartilhada;
- Elaboração e execução de projetos;
- Mobilização de recursos.

TEMA: COMUNICAÇÃO E CULTURA POPULAR

Subtemas:

- Instrumentos, meios de comunicação (Ferramentas virtuais de facilitação da comunicação interna);
- Democratização da comunicação (interna e externa);
- Movimento social da comunicação;
- Comunicação Popular;
- Diferentes linguagens e formas;
- Construir de forma conjunta a reflexão e a vivência da Agitação e propaganda, entendendo como uma ferramenta de auxílio nas lutas (batucada, grafite, pichação, estêncil, panfletagem, teatro do oprimido, etc...);
- Recepção crítica das mensagens dos meios de comunicação;
- Cultura popular *versus* cultura de massa;
- Cultura popular como processo de emancipação da consciência;
- Arte, Música e Política.

TEMAS EMERGENTES: saúde da mulher, juventude, meio ambiente, cultura e cultura popular (desde o 10º Encontro Nacional e da avaliação), preconceito, intolerância e discriminação de todas as formas; Lei Maria da Penha, Função social da maternidade. (cartilha que contenha os principais eixos de lutas).

5.4- Como vai acontecer o programa - ações

As ações estão descritas em duas partes: 1º o que é a ação (com detalhes sobre como ocorrerá), 2º para que a ação – finalidade da ação.

CIRANDAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

O quê? Dois encontros nacionais por ano, com duração de 5 dias com presença de dois e/ou três educadores/as (conforme orçamento) por estado, mais a Comissão Nacional, Talher Nacional, entidade âncora nacional e ações de multiplicação formativa nos estados, animadas pelos participantes do momento nacional (os/as educadores/as tem a tarefa de pensar o desdobramento da cirandas em seu estado).

Estes encontros deverão contemplar os momentos pedagógicos da Educação Popular – estudo da realidade, organização do conhecimento e aprofundamento teórico, aplicação do conhecimento – os métodos e técnicas destes encontros deverão ser explicitados na organização dos mesmos. Para organizar os encontros devem ser levados em consideração os elementos transversais: sistematização (como, quando e quem vai fazer); a gestão e planejamento compartilhados que garantam a participação coletiva no processo; a comunicação da experiência a interlocutores diversos; a valorização da diversidade de gênero, etnia, sexo e geração. Os momentos de multiplicação nos estados devem seguir o mesmo caminho, adaptando-o à realidade local. O processo de avaliação de cada encontro será um termômetro para a construção do seguinte.

Para quê? Espera-se com as “Cirandas” o aprofundamento coletivo da vivência da metodologia da educação popular e dos princípios e diretrizes do PPP. Outro resultado é a produção de materiais sobre estas experiências através da sistematização coletiva, tanto nacional, quanto nos estados. Por fim, espera-se a mobilização capilarizada de todos envolvidos à Rede para ações diversas que contribuam para a superação do modelo capitalista e a construção do Projeto Popular para o Brasil.

Propostas para qualificar:

- As Cirandas são momentos de formação, diálogo e interação entre os/as educadores/as, pois oportunizam a socialização das experiências e a qualificação dos sujeitos no campo político e metodológico.
- Os estados estabelecerem mecanismos de acompanhamento, de forma que garantam a corresponsabilidade, a formação processual, os desdobramentos e consolidação dos processos de formação e integração de novos/as educadores/as.

JORNADAS DE FORMAÇÃO

O quê? Bimestralmente cada instância da Rede, se organizará para realizar estudos que serão fomentados através de materiais disponibilizados pela Comunicoteca em ação integrada com as/os acompanhadoras/es de cada estado. O estado define o tema pensado, fazendo a relação com a realidade local e nacional, no sentido de articular a teoria e prática e em que medida o estudo poderá contribuir para qualificar a nossa prática pedagógica.

Os estados podem e, devem buscar outras fontes de consulta. Os resultados das Jornadas de Formação deverão ser disponibilizados na Comunicoteca, assim como compartilhados nos encontros nacionais de formação: “Cirandas”. As jornadas podem ser organizadas em forma de grupo de estudo periódico, semana pedagógica, seminário, atividades culturais, filmes com debates, teatro do oprimido, etc. Como em todas atividades, os três momentos pedagógicos devem ser assegurados, assim como os elementos transversais.

Para quê? Propiciar o aprofundamento e a difusão de diversos referenciais históricos e de estudos básicos para a compreensão da conjuntura e dos elementos do Projeto Popular para o Brasil. Produzir materiais teóricos sobre as experiências de educação popular da Rede, assim como socializar as mesmas.

Propostas para qualificar:

- Interagir melhor as jornadas com o material da Comunicoteca, aumentar a integração entre os diversos temas dos encontros microrregionais, a fim de aprofundar os temas transversais como geradores de temas centrais para formações locais. É preciso também prever melhor os recursos;
- A partir das Jornadas, elaborar um programa de formação permanente em todos os níveis, junto com os parceiros da área de comunicação popular, tanto para capacitação técnica como formação política;
- Realizar, como parte das Jornadas, análises de conjunturas que contemplem os aspectos raça, cultura, etnia, gênero, juventude, sexualidade e meio ambiente;
- Utilizar além das mídias tecnológicas (mídias livres), formas “mais povo” de comunicação (agitprop, teatro do oprimido, cordel, intervenções urbanas, entre outros).

RODAS DE CONVERSA

O quê? Serão atividades desenvolvidas no âmbito dos estados com o objetivo de criar espaços de estudo, debates, articulação e construção conjunta com diversos movimentos e organizações sobre diferentes temas de interesses e sistematização das experiências de educação popular.

As Rodas de Conversa possuem como fundamento a concepção de Círculo de Cultura na perspectiva Freireana. São um espaço de ação educativa em que os participantes estão envolvidos em um processo comum de ensino e aprendizagem, com liberdade de fazer uso da palavra (se expressar), intervir, estabelecer relações horizontais, vivenciar ações coletivas, ressignificar suas práticas e concepções, assim como reler o mundo em que estão inseridos, mediados pelo diálogo, num processo reflexivo². Nesse sentido, as Rodas de Conversa não podem se limitar a um espaço de interação por meio do qual as pessoas apenas se informam ou apresentam seus pontos de vista. No âmbito da educação popular, as Rodas de Conversa, fundamentadas na concepção do Círculo de Cultura, devem contribuir, para o amadurecimento político dos grupos populares.

² Alguns saberes necessários à prática educativa, enquanto fios condutores da educação emancipadora, estão sistematizados em *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1996).

Para quê? Potencializar, aprofundar os processos de formação em Rede. Criar espaços emancipatórios de articulações locais entre redes e coletivos com temas comuns e pertinentes ao PPB.

Propostas para qualificar:

- É preciso apropriação coletiva do conceito de “rodas” como “círculos de cultura”, sistematização, registro e divulgação da ação, bem como realizar rodas com periodicidade regular (mensais).

ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE DA RECID

O quê? A plenária do XI Encontro Nacional aprova que haja um Encontro nacional de juventude, (com caráter a ser definido, cirandas ou acampamento, etc...) com discussão de temas transversais e espaços organizativos (negros e negras, gênero, LGBT, etc...) e com orçamento específico.)

Para quê? Valorizar a participação da juventude na Recid e potencializar seu protagonismo e atuação nas lutas populares, discutir, estudar e aprofundar temas da conjuntura social e política, bem como ligados aos processos históricos de discriminação étnica, sexual e de gênero, além da exploração do trabalho e do meio ambiente.

AÇÕES QUE INTERAGEM COM AS POLÍTICAS DO PLANO GLOBAL DA RECID:

COMUNICOTECA – AÇÃO O PNF E DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

O quê? Local, nos estados e nacional, de armazenamento virtual (página www.recid.org.br) e material multimeios e formatos (textos, sons, vídeos, figuras, dinâmicas, livros), de diferentes linguagens em rede, acesso irrestrito. Sua implementação depende do mapeamento, organização e disseminação de bibliografia, filmes, músicas, lutas relativas a cada tema e elemento transversal, incluindo a bibliografia do PPP e experiências desenvolvidas pela Rede em todos os espaços. É uma atividade continuada e disponibilizada em meio eletrônico e material.

Para quê? Fazer circular e socializar a reflexão teórica e os materiais pedagógicos, produções de instrumentos e experiências de educação popular, participação, mobilização, comunicação e outras mais para qualificar nossa ação político-pedagógica. Fomentar uma cultura de sistematização e comunicação de nossa caminhada.

Propostas para qualificar:

- É necessário incentivar mais a participação de todos/as no compartilhamento de vídeos, áudios e textos; proporcionar e facilitar mais o acesso a estes materiais. Organizar cineclubes (internamente e externamente); organizar melhor o arquivos de dvds, textos e livros nos estados; multiplicar material para microrregiões; melhorar o processo de baixar filmes, entre outras ações.

ENCONTROS DE GESTÃO - AÇÃO DO PNF E DA POLÍTICA DE GESTÃO COMPARTILHADA.

O quê? Realizar encontros de gestão – partir das experiências dos estados para discutir gestão compartilhada e elaboração de projetos – indicar fontes para financiamento.

Para quê? Capacitar os/as gestores/as na linha da gestão compartilhada dos recursos públicos a partir das orientações colocadas pelo marco legal e também apontar rumos para a sustentabilidade e articulação da Recid.

Propostas para qualificar:

- Nos encontros vindouros, é preciso manter a dinâmica de construção a com prévia reflexão nos estados, buscar outras fontes de recursos, aprofundar na articulação e discussão do novo marco regulatório, buscar projetos e viabilizar outras fontes de recursos;
- É importante realizar encontros de formação em gestão que abordem a Lei que rege os convênios, o marco legal, a metodologia e estrutura de funcionamento do SICONV e oficinas com a temática: “como é realizada a prestação de contas junto ao SICONV”.

ENCONTRO NACIONAL - AÇÃO DO PNF E DO TODO DA REDE.

O quê? É a instância máxima de reflexão, discussão, planejamento e encaminhamento da RECID.

Para quê? Para avaliar e deliberar sobre os rumos e os processos políticos e pedagógicos mais amplos da Recid que devem iluminar e orientar as decisões de todos os espaços coletivos, a exemplo do que foi o XI Encontro Nacional que, a partir das avaliações dos estados e da reflexão sobre a conjuntura brasileira e internacional, atualizou os desafios colocados para a construção do Projeto Popular para o Brasil e aprovou este Programa de Formação e as políticas de comunicação, gestão e organicidade da Recid, para o triênio 2012 a 2014.

Propostas para qualificar:

- É importante que os encontros deliberativos sejam em momentos diferenciados e garantam a troca de experiências, a potencialização do projeto de sociedade com o PPB, enfim sejam encontros de avanços para Recid, a partir das questões, avaliações e sugestões vindas da base da Recid.

REUNIÕES AMPLIADAS NACIONAIS

O quê? Duas reuniões anuais com caráter de encaminhar as questões definidas nos encontros nacionais, avaliação da caminhada e formação de educadores/as. Participam deste momento, a Comissão Nacional (CN), o Talher Nacional (TN), Entidade Âncora Nacional e 1 educador/a referência de cada estado.

Para quê? Aprofundar e encaminhar as questões definidas nos encontros nacionais.

5.5- Calendário PNF para o triênio.

Observação: As ações definidas neste calendário para o ano de 2012 estão detalhadas no Planejamento do Programa Nacional de Formação.

CALENDÁRIO TRIÊNAL PNF

2012	2013	2014
1º SEMESTRE • 1ª Reunião Ampliada • Comunicoteca: Tema: Cúpula dos Povos e Rio + 20 • Recid na Cúpula dos Povos • Maio e Junho: acompanhamento pedagógico – cartas • Junho: subsídio sobre registro em Cartas pedagógicas	1º SEMESTRE • 2ª Jornada Pedagógica nos estados • <u>Comunicoteca</u> • <u>Encontro Nacional de Gestão (novo convênio)</u> • <u>1ª Reunião Ampliada</u>	1º SEMESTRE • 4ª Jornada Pedagógica nos estados • <u>Comunicoteca</u>
2º SEMESTRE • Mapeamento dos educadores/as protagonistas nos processos de sistematização da Recid. • Novembro - 2ª Reunião Ampliada • Agosto: 1ª Jornada Pedagógica nos estados • Setembro e novembro: acompanhamento pedagógico - cartas • Comunicoteca: Modelo de desenvolvimento • Encontro Nacional da Juventude da Recid: Julho: constituir equipe preparatória. Dezembro: realização do Encontro.	2º SEMESTRE • Julho - 2º Ciclo de Cirandas (2 ou 3 em 1) – 10 dias - Julho • 3ª Jornada Pedagógica nos estados • <u>Comunicoteca</u> • <u>2ª Reunião Ampliada</u> <u>Encaminhamento:</u> Realização de um seminário sobre sistematização.	2º SEMESTRE • <u>3º Ciclo da Ciranda (10 dias em julho)</u> • <u>Comunicoteca</u> • <u>12º Encontro Nacional</u>

6 - POLÍTICAS GERAIS DA AÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ

6.1 - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVO GERAL:

Consolidar, na Rede, a comunicação como um processo sócio-político coletivo de construção do conhecimento, de humanização, de diálogo, de relações horizontalizadas e de expressão da diversidade, à luz do PPP, com formação prática e ênfase na formação política rumo à construção de práticas contra-hegemônicas e ao fortalecimento do poder popular.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Trabalhar a cultura da comunicação no seu aspecto sócio-político nas atividades pedagógicas (oficinas, encontros, cursos, etc) abordando aspectos teóricos e práticos (PPB/PPP, democratização da comunicação, rádios comunitárias e softwares livres);
- Criar condições para que os grupos entendam e assumam a comunicação como um instrumento de construção do Poder Popular;
- Estimular a construção de planos estaduais de comunicação, de formação, apropriação das técnicas e construção dos instrumentos de comunicação e análise crítica;
- Fortalecer as iniciativas de educação popular existentes no âmbito da Recid.

LINHA 1: GARANTIR RECURSOS, INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA APRIMORAR OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO DA REDE, ESTABELECENDO COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE (CONSUMO CONSCIENTE).

- Buscar recursos e estrutura (local e nacional) para garantir e potencializar os processos de comunicação na Rede;
- Prever recursos, no próximo convênio, para aquisição de equipamentos. (kit comunicação);
- Avançar para a superação dos limites do marco legal sobre aquisição de patrimônio;
- Estimular a articulação da Rede com pontos de cultura, de inclusão digital, etc, para compartilhamento de ferramentas e de equipamentos de comunicação;
- Garantir a equipe de educadores/as populares para assessorar e dar continuidade ao processo de comunicação junto à Recid e avançar para a consolidação de equipes e pessoas referências em comunicação em todas as esferas;
- Garantir que uma pessoa da CN integre a equipe de administração do site da Recid;
- Avançar para a organização de telecentros em parceria com outras organizações e entidades.

LINHA 2: DESENVOLVER UM PROCESSO DE FORMAÇÃO PRÁTICO-TEÓRICA DE EDUCADORES/AS POPULARES NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO.

- Compartilhar os conhecimentos construídos na 4ª Ciranda nos processos locais (intermunicipais e oficinas), estaduais e macrorregionais, garantindo facilitadores que compreendam a metodologia freiriana e o PPP;
- Construir tutoriais, passo a passo, para facilitar o uso das ferramentas de comunicação;
- Potencializar seminários, oficinas, encontros (macros, estadual e interestadual), grupo de estudos nos coletivos, rodas de diálogo sobre o tema da Comunicação Popular;
- Pensar em cursos e processos de formação e educação à distância;
- Garantir e incentivar encontros específicos para intercâmbio de experiências na área da comunicação popular e possibilitar intercâmbio de pessoas e experiências de comunicação;
- Qualificar de forma política, metodológica e técnica as ações que os estados já vêm realizando;
- Fazer um estudo sobre a Lei de regulamentação da comunicação;

LINHA 3: GARANTIR O INTERCÂMBIO E A SOCIALIZAÇÃO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS E EDUCADORES/AS POPULARES NOS NÍVEIS, LOCAL, ESTADUAL, MACRORREGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.

- Fortalecer o intercâmbio dos coletivos dos estados para enriquecer as oficinas e microrregionais para troca de experiências;
- A CN e TN continuar o intercâmbio e a troca de experiência em oficinas, reuniões, encontros macrorregionais;
- Fazer mapeamento das experiências de comunicação da Rede e outras possíveis de diálogo e socializar com os estados;
- Potencializar as cartas pedagógicas e as cartas sociais, em diálogo com os processos de acompanhamento;
- Dialogar com o CAMP a perspectiva de comunicação da Rede;
- Propor a produção de vídeos por núcleos e estados;
- Criar um jornal da Rede impresso como instrumento para troca de experiências;
- Construir uma TV Web dos movimentos sociais para partilha das lutas e das experiências populares;
- Ter momentos dentro dos encontros da Rede de socialização de experiência que deram certo com a comunicação.

LINHA 4: INTEGRAR AS LUTAS DA SOCIEDADE CIVIL NO CAMPO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

- Mapear e articular nos estados grupos envolvidos nas lutas pela democratização da comunicação;
- Organizar e manter atualizada uma lista de contatos com os movimentos que compõem a Rede;
- Incentivar a presença da Rede nos conselhos, fóruns e comitês estaduais de comunicação;
- Divulgar as lutas dos movimentos que compõem a Rede;
- Garantir que sejam aplicadas as diretrizes que regulamentam a implementação / implantação das rádios comunitárias;
- Participar de processos de criação das rádios comunitárias e fortalecer as existentes, considerando princípios da comunicação comunitária;
- Conhecer os processos das rádios livres, propor a revisão da legislação das rádios comunitárias e com isso abrir um debate do papel da ANATEL;
- Ampliar a presença da Recid contribuindo e incentivando as rádios comunitárias como meio de democratizar a comunicação;
- Fortalecer o processo de democratização da comunicação com a sociedade civil organizada através de informativos, boletins, tablóides e outros;
- Fazer parcerias com outros meios de comunicação populares já existentes;
- Fortalecer a comunicação popular;
- Fortalecer as rádios difusoras.

LINHA 5: DAR VISIBILIDADE ÀS AÇÕES DA REDE.

- Respeitar as especificidades de cada grupo com política de comunicação da Recid;
- Continuar com a publicação dos informativos da Recid, imprimir e fazer a distribuição;
- Cada estado fazer o lançamento de sua sistematização, bem como da sistematização nacional e do vídeo;
- Fortalecer o uso da marca Recid por meio de banners e sinalização visual;
- Garantir a utilização de meios como camisas, bolsas e estandartes como forma de aumentar a visibilidade da Recid e transmitir mensagens para a população;
- Criar, apoiar e estimular a utilização de ferramentas como blog's, skype, redes sociais e outros meios de comunicação, além de uma web-rádio e ferramentas práticas de comunicação e difusão cultural das ações.
- Apoiar a criação de uma web-rádio e ferramentas práticas de comunicação e difusão cultural das ações;

- Criar, reproduzir e compartilhar para além da Rede uma revista impressa;
- Fortalecer as ações da Comunicoteca para além da Rede, socializar suas produções e co-participar, sempre que possível, com os processos educativos;
- Garantir o papel da equipe de articulação política como espaço de avaliação, de onde é importante que a Rede ganhe visibilidade;
- Efetivar a inserção de materiais no site de forma descentralizada pelos educadores\referência na comunicação dos estados, contudo, sempre de forma a socializar internamente o material antes da sua entrada no site, construindo momento de debate sobre o assunto.

LINHA 6: ARTICULAR E POTENCIALIZAR O CAMPO DA PRODUÇÃO CULTURAL E SIMBÓLICA DA REDE.

- Mapear e buscar parcerias com grupos populares e comunitários;
- Potencializar a mobilização e divulgação das atividades da Rede;
- Elaborar textos e materiais didáticos em outras linguagens e símbolos da Recid;
- Incentivar a participação de movimentos culturais e artistas populares na Rede;
- Incentivar a produção da cultura popular independente;
- Incentivar encontros específicos para intercâmbio de experiências na área da cultura e comunicação popular;
- Potencializar o foco da produção cultural englobando a diversidade das realidades;
- Fazer debate e enfrentamento à cultura de massa.

LINHA 7: GARANTIR A COMUNICAÇÃO DA DIVERSIDADE.

- Ampliar e fortalecer os processos de comunicação em colaboração com outras organizações;
- Utilizar o site da Rede para divulgação das ações desenvolvidas por grupos culturais parceiros;
- Priorizar formas e enfrentamento à cultura de massa.

6.2 - POLÍTICA DE GESTÃO COMPARTILHADA

LINHA 1: SUSTENTABILIDADE

- Garantir a continuidade do convênio sem interrupções, elaborando estratégias em coerência com o PPP;
- Garantir recursos no orçamento da união para a Rede;
- Elaborar uma política de sustentabilidade que vá além de convênios/recursos;

- Fortalecer a organicidade para colocar em prática alternativa de sustentabilidade;
- Mapear editais e atividades de produção para viabilização de sustentabilidade;
- Avaliar as parcerias com entidades âncoras continuamente;
- Aprofundar a concepção de gestão compartilhada e vivenciá-la;
- Realizar oficinas de elaboração de projetos para fomentar o debate de sustentabilidade, captação de recursos e identificar financiadores públicos, estatais e não estatais que apóiam as organizações populares, desde que estejam em sintonia com o Projeto Político Pedagógico e o Projeto Popular para o Brasil.
- Conhecer, estimular e fomentar outras experiências de sustentabilidade, buscando articular com os princípios da Rede;
- Parceria com empreendimentos da economia solidária no acesso a insumos, serviços, e outros.

LINHA 2: MARCO REGULATÓRIO

- Vivenciar o conceito de gestão compartilhada através da transparência e distribuição coletiva de responsabilidades;
- Publicizar a prestação de contas de cada estado;
- Fomentar a criação de escolas estaduais de formação continuada dos/as educadores/as, no campo político social e educação popular.
- Investir em um Processo de Formação nos coletivos dos estados para conhecer o marco regulatório atual e propor o marco regulatório que queremos;
- Apropriar-se de outros temas relacionados com a temática como, por exemplo, a legislação de associação e cooperativas (da economia solidária, camponeses, etc);
- Fazer uma articulação com a Plataforma dos Movimentos Sociais a partir dos Estados para fortalecer a mobilização nacional de alteração do Marco Regulatório;
- Aprofundar a concepção de gestão compartilhada para a construção da frente Popular para o Brasil. Exigências de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência. Complementando-a com a democratização, vivência educativa da gestão e coerência com o PPP;
- A Recid precisa identificar e enfrentar as demandas que vão além da criação de políticas públicas de Estado, compreendendo-as como parte de um processo que torne as classes populares autônomas em relação ao posicionamento ideológico dos governos, mas ao mesmo tempo indique o compromisso estrutural do Estado;
- Garantir articulações com entidades, ONGs, movimentos, Ministério do Planejamento, entre outros, para desenvolver capacitação técnica, aos educadores/as envolvidos no processo de gestão compartilhada.

LINHA 3: COMPARTILHAMENTO

- Compartilhar o poder nas relações;
- Democratização da elaboração do projeto (convênios) a partir das demandas reais dos estados, com base nas informações e decisões políticas;
- Realizar reuniões ampliadas a fim de partilhar a gestão nos estados;
- Garantir em todos os estados o planejamento conjunto da aplicação dos recursos, conforme as diretrizes políticos pedagógicas;
- Construir e assumir um processo de formação continuada que avalie e aprofunde constantemente o processo de gestão compartilhada nos estados, macrorregiões e nacional, previsto em seus planejamentos;
- Horizontalizar as informações das reuniões pelas representações das coordenações regionais e comissão nacional aos estados;
- Informatizar o banco de dados de prestação de contas da Rede.

LINHA 4: AUTONOMIA

- Estruturar, fortalecer e garantir a identidade da Recid em um processo de gestão política colegiada, alternada e horizontal;
- Refletir quanto ao conceito de autonomia dos sujeitos coletivos (movimentos) e em contrapartida estes sujeitos também precisam respeitar a autonomia da Rede;
- Definir no coletivo espaço físico que assegure a estrutura e o fortalecimento da Rede, que funcione nos estados como referência organizativa preservando sua memória.

LINHA 5: ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO:

- Efetivar, nos coletivos estaduais, a indicação da pessoa referência de cada estado;
- Efetivar um registro por meio de cartas pedagógicas estadual - bimestrais encaminhado para a equipe pedagógica da Recid (CN, TN e Entidade Ancora Nacional);
- Qualificar a construção do calendário único via site Recid;
- Assegurar que a entidade âncora nacional devolva (mensal ou bimestralmente) aos estados uma leitura crítica a partir da síntese dos relatórios;
- Retomar o aprofundamento sobre a concepção de sistematização de Oscar Jara para qualificar os processos de registro e sistematização das experiências da RECID nos estados;
- Qualificar a reflexão sobre o perfil das pessoas que são indicadas para cada espaço e atividades;

- Priorizar o acompanhamento político e pedagógico aos Estados com mais fragilidade;
- Aproveitar as reuniões, cirandas e encontros nacionais, regionais e planejamentos estaduais como espaços de acompanhamento da Rede (assegurar tempo e espaço nas programações);
- Se apropriar dos relatórios e acúmulos dos encontros nacionais, macrorregionais e estaduais, observando os encaminhamentos;
- Qualificar o fluxo de comunicação das decisões e encaminhamentos entre estados, CN, TN e entidades âncoras, utilizando mais permanente as ferramentas de comunicação.

7- DIRETRIZES DA ORGANICIDADE DA RECID

I - ORGANIZAÇÃO LOCAL/MUNICIPAL

GRUPOS DE BASE: São grupos identificados pelas Recid's locais, nas diferentes comunidades urbanas e rurais e em situação de vulnerabilidade social. A partir desta identificação, a Recid desencadeia, acompanha e fortalece um processo de formação na perspectiva do protagonismo e fortalecimento destes.

Como se dá este processo: partindo do princípio de que as oficinas, junto aos grupos de base, se dão em processos continuados e devem ter uma intencionalidade política explícita, mediadas pela metodologia da Educação Popular crítica freireana, dentro de uma relação de parceria. Os temas abordados devem ser definidos a partir das demandas e dos grupos acompanhados. Assim, o diagnóstico da realidade local e a conjuntura são a base dos planejamentos locais, microrregionais e estaduais e do Programa Nacional de Formação que compõem a dinâmica dialógica entre o micro e o macro.

II - ORGANIZAÇÃO ESTADUAL

COLETIVO ESTADUAL: é constituído por educadores/as militantes e representantes dos vários espaços de articulação que compõem a Recid em cada estado. É o espaço onde se dá a articulação das decisões políticas e pedagógicas do estado, balizadas pela vivência, animação e avaliação do planejamento estadual, dos processos de gestão compartilhada em diálogo com os encaminhamentos nacionais - ações e metas do convênio e o PNF. Também é sua atribuição, definir o processo, os critérios e a equipe de seleção dos novos educadores/as contratados/as e das Entidades Ancoras Estaduais, à luz dos critérios nacionais e das especificidades locais.

Composição: além dos educadores/as militantes, contratados/as ou não e a Entidade ancora estadual, também devem fazer parte os/as representantes dos

movimentos e organizações populares que compõem a Recid no estado. Ou seja, o coletivo não pode ser formado apenas pelos educadores/as contratados/as.

E DUCADORES/AS MILITANTES CONTRATADOS/AS: são pessoas que assumem o papel de conduzir, dinamizar e organizar, em consonância com as definições do coletivo estadual, as ações do planejamento estadual e do trabalho de base, fazendo as ações da Recid chegar de fato aos grupos, às comunidades e, a partir do diálogo com eles e a realidade local, desencadeiam o processo formativo visando a organização social, o fortalecimento da cidadania ativa nos espaços políticos e de controle social, enfim, o protagonismo dos grupos populares. O trabalho deve ser realizado a partir das definições do coletivo estadual e as metas devem ser realizadas conjuntamente. No âmbito do processo de articulação e mobilização é importante fortalecer a Rede, mas respeitar o espaço de autonomia das entidades e movimentos sociais que compõem a Rede.

CrITÉRIOS para seleção de educador/a:

- Ser um educador/a popular que se identifica com o projeto e a missão da Recid expressos no PPP, esteja engajado/a ou tenha histórico de militância, trabalho de base experiência e trajetória com movimentos, organizações e projetos sociais.
- Ter vínculo voluntário ou já conheça a metodologia e a organicidade da Rede, assuma o compromisso com o PPP e tenha facilidade para trabalhar em equipes, registrar, sistematizar e elaborar relatórios.
- Estar disposto/a a fortalecer as ações da Recid no estado e assumir coletivamente os processos de construção / fortalecimento e vivência da gestão compartilhada.
- É recomendável, mais não excludente, que tenha o 2º grau completo.
- Ter disponibilidade para participar de atividades no território nacional e no estado.
- Não necessariamente precisa vir de um movimento social, mas sua militância pode ser despertada no espaço da Recid.
- Não necessariamente precisa ter vínculo anterior com o coletivo, mas é fundamental que seja uma pessoa sensível, militante, tenha uma caminhada nos movimentos sociais e já tenha, conheça ou esteja próximo a caminhada da Recid.

Observações:

- A entidade âncora estadual e o Coletivo Nacional (Talher, Comissão Nacional e Entidade Âncora Nacional) quando necessário participam do processo de seleção dos educadores/as com um/a representante cada, junto com as demais pessoas que o coletivo estadual indicar.
- O/a educador/a popular que não observar os acordos coletivos sobre o seu trabalho e tarefas estabelecidas pelo coletivo estadual, poderá ter seu contrato rescindido, a partir de avaliações dos coletivos estaduais.

EDUCADORES/AS MILITANTES NÃO CONTRATADOS: são educadores/as que se identificam com o projeto e a missão da Recid expressos em seu PPP e que, a partir do seu engajamento em alguma organização ou movimento social com que tem histórico de militância e luta, agregam junto com os educadores/as contratados, uma dedicação especial a Recid, realizam oficinas, animam os encontros, enfim, participam ativamente das ações e contribuem pedagógica e politicamente com o fortalecimento da Recid no estado e nos espaços macros.

ENTIDADE ESTADUAL: organização popular do estado ou determinado município do mesmo, juridicamente regularizada, que assume o projeto da Recid e participa da gestão compartilhada dos recursos destinados as ações estaduais em diálogo com o coletivo estadual, além de garantir estrutura mínima, como espaço físico para secretaria, telefone, entre outros equipamentos.

Observação: É fundamental que a Recid tenha um espaço de referência, o qual pode ser compartilhado com os movimentos que compõem o coletivo estadual sendo este garantido dentro do projeto. Espaço que também pode contribuir para o fortalecimento e a dinâmica do fazer político/pedagógico.

Crítérios para ser entidade estadual:

- Ter histórico de caminhada e trabalhos de Educação Popular, que sua filosofia e metodologia esteja coerente com os princípios da Educação Popular.
- Que seja parceira e, se compreenda como parte do processo, da gestão compartilhada, contribua pedagogicamente e politicamente com o fortalecimento da Recid, respeite sua autonomia política e pedagógica.
- Que não tenha envolvimento e nem esteja respondendo processos de corrupção, sua finalidade, seja sem fins lucrativos.
- Comprometa-se em respeitar os acordos e prazos dos contratos, sob pena de perder o contrato, de não fazer a gestão de outros projetos e de perder a confiança na relação política com a Rede.

EQUIPES E/OU COORDENAÇÕES EXECUTIVAS ESTADUAIS: Há estados que organizam equipes de coordenação numa perspectiva executiva (equipes menores), compostas por educadores/as contratados, voluntários/as e representação dos movimentos, que se reúnem de forma mais frequente para tomada de decisões políticas e pedagógicas entre as reuniões dos coletivos estaduais, para maior agilidade dos encaminhamentos.

Observação: A organização desta equipe fica a critério da avaliação de cada coletivo estadual.

GRUPOS DE TRABALHO E EDUCADORES/AS REFERÊNCIA: Grupos de trabalho temático e com caráter mais operacional para organizar e encaminhar as questões pedagógico/formação, comunicação, gestão e articulação política. A organização destes GTs fica a critério dos coletivos estaduais, (comunicação, pedagógico, articulação política e gestão compartilhada). Sua atuação será pautada e avaliada coletivamente. O educador/a de referência, não necessariamente, faz parte dos

grupos de trabalho e tem como função fazer o diálogo com a equipe estadual e coordenação nacional no sentido de agilizar as demandas da reunião ampliada nacional e qualificar o diálogo.

III - ORGANIZAÇÃO MACRORREGIONAL

ENCONTRO MACRORREGIONAL: (Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste), encontros dos quais participam educadores/as indicados/as pelos estados da macrorregião, a partir de critérios pré-estabelecidos, com a finalidade de planejar, trocar experiências, aprofundar temas de estudo, avaliar a caminhada e fortalecer a Recid na região, fazer encaminhamentos políticos e pedagógicos. É o espaço onde são escolhidos e referendados os/as representantes da macrorregião para Comissão Nacional, a partir da indicação dos estados em conformidade com a orientação nacional sobre este processo de escolha.

ARTICULAÇÃO MACRORREGIONAL: Espaço onde os/as educadores/as, escolhidos/as pelos estados, se encontram em sua macrorregião para encaminhar e gerir, coletivamente, os processos políticos e pedagógicos, bem como contribuir para os processos de acompanhamentos aos estados em conjunto com o Talher Nacional e Comissão Nacional e nos processos organizativos dos encontros macros.

Observação: com esta organização está instância só existe nas macrorregiões Nordeste, Sul e Centro Oeste. Na Região Sudeste as reuniões ampliadas são este espaço de articulação. A Região Norte se reconhece com este espaço com a Coordenação Macro Norte.

IV - ORGANIZAÇÃO NACIONAL:

ENCONTRO NACIONAL: É constituído com a participação de 3 a 5 educadores/as de cada um dos 26 estados e Distrito Federal, mais a Comissão Nacional, Talher Nacional e Entidades Âncoras Nacionais.

Atribuição: É a instância máxima de reflexão, discussão, planejamento e encaminhamento da RECID. Tem caráter avaliativo e deliberativo sobre os rumos e os processos políticos e pedagógicos mais amplos da Rede (PPP, políticas e Programas de Formação) que devem iluminar e orientar as decisões de todos os espaços coletivos da Recid.

REUNIÕES AMPLIADAS NACIONAIS: reuniões com mais participação dos/as educadores/as de referência - um/a educador/a de cada estado, contando com a Comissão Nacional - mais o Coletivo Nacional (CN/TN/IPF/CAMP). No caso os/as educadores/as da CN são também de referência dos estados.

Atribuição: organizar e encaminhar as deliberações dos Encontros Nacionais, fazer troca de experiências e avaliação da caminhada com foco na operacionalização do planejamento e o processo de gestão.

COLETIVO NACIONAL: Colegiado de coordenação político e pedagógica da Rede, composto por representantes das entidades âncora nacionais, Comissão Nacional e Talher Nacional.

Atribuição: Encaminhar e deliberar as questões a partir das deliberações mais amplas dos encontros e reuniões ampliadas nacionais e de consultas aos estados sobre temas importantes. Organiza-se em equipes: Pedagógica, Comunicação, Articulação Política, Gestão e Sustentabilidade.

COMISSÃO NACIONAL: equipe formada por 12 educadores/as das 5 macrorregiões distribuídos na seguinte proporção: Norte e Nordeste com 3 educadores/as, Sul, Sudeste e Centro-Oeste com 2 educadores/as.

Atribuições:

- Espaço de debate político e pedagógico, cujo papel é formativo, avaliativo e operativo dentro do princípio de fortalecer a horizontalidade da Recid e acompanhar os processos vivenciados no e pelos coletivos estaduais em conjunto com as entidades estaduais, como também compor o Coletivo estadual.

Processo de eleição:

- 1º- O educador/a deve ser indicado pelo estado, a partir de critérios construídos e reconhecidos pela macrorregião.
- 2º- Ser legitimado/a pela macrorregião como representante na Comissão Nacional

Duração do mandato: os educadores/as terão mandato de 2 anos.

Observação: criar mecanismos que garanta que o fim dos mandatos não seja concomitante, a fim garantir que a renovação dos educadores/as da Comissão Nacional seja sempre equilibrada entre veteranos e novatos.

CrITÉRIOS para indicação de educadores para CN:

- O educador/a deve ser indicado pelo estado e legitimado pela macrorregião;
- Sentir-se identificado/a com o projeto e a missão da Recid expressos em seu Projeto Político Pedagógico;
- Estar engajado/a, tenha histórico de militância na luta e trabalhos de base;
- Ser educador/a contratado/a ou voluntário/a no estado, conheça a caminhada e esteja disposto a fortalecer as ações da Recid;
- Ter facilidade de articulação para fazer as comunicações e repasses necessários, assuma os processos coletivamente e tenha habilidades de relatoria e sistematização;
- Que seja um/a educador/ de diálogo com o Talher Nacional e Estados.

TALHER NACIONAL: Equipe do Governo Federal, inserida na Secretaria Geral – Secretaria Nacional de Articulação Social – Departamento de Educação Popular, sediada em Brasília, composta por educadores/as com histórico e trajetória de militância e Educação Popular junto à organizações e movimentos sociais. A

organização interna da equipe, perpassa pelo acompanhamento dos processos nas 5 macrorregiões, acompanhando os 26 estados e Distrito Federal nos processos políticos e pedagógicos de gestão, Educação Popular e mobilização social da Recid, em diálogo com a entidade nacional e Comissão Nacional.

Orientação: Ser uma equipe aberta ao diálogo e à construção coletiva e contribuir na coordenação, animação e fortalecimento dos processos junto aos estados. À esta equipe cabe o papel de interligar as conjunturas nacionais, articular o processo da Recid com as políticas públicas, fortalecendo a sua autonomia.

ENTIDADES NACIONAIS: É ou são as que assumem participar do projeto da Recid, fazendo a gestão nacional junto ao órgão repassador dos recursos públicos do Estado. É necessário que tenha disponibilidade e abertura para participar nos encontros estaduais, participar efetivamente nas reuniões do coletivo nacional, compondo as equipes pedagógicas, comunicação, articulação política e gestão, reconhecendo a autonomia política e pedagógica da Rede.

Atribuições:

- Divulgar os editais para seleção das entidades estaduais.
- Fazer a contratação dos/as educadores/as dos estados.
- Realizar a gestão à luz dos encaminhamentos e do diálogo coletivo com as deliberações nacionais e das equipes do TN e CN.
- Fazer a prestação de contas, a gestão financeira e pedagógica dos recursos, junto ao poder público.

Critérios:

- Ter histórico, caminhada e trabalhos em Educação Popular e que sua filosofia e metodologia esteja coerente com os princípios da Educação Popular.
- Que seja parceira da Rede e se compreenda e comprometa como um sujeito do processo de gestão compartilhada, junto com TN e CN, contribua pedagógica e politicamente com o fortalecimento da Recid.
- Tenha disponibilidade e abertura para participar nos encontros estaduais, no coletivo nacional e nas equipes pedagógica e comunicação, articulação política e gestão, reconhecendo a autonomia política e pedagógica da Rede.
- Que não tenha envolvimento e nem esteja respondendo processos de corrupção e sua finalidade seja sem fins lucrativos.
- Que se comprometa em respeitar os acordos e prazos dos contratos, sob pena de perder o contrato, de não fazer a gestão de outros projetos e de perder a confiança na relação política com a Recid.

SECRETARIADO NACIONAL: Educadores/as militantes contratado/as que dão apoio e suporte aos processos pedagógicos, de comunicação, gestão e encaminhamentos relacionados aos processos vivenciados pela RECID em todo Brasil participam das equipes de trabalho do Coletivo Nacional (Pedagógica e de Comunicação, Gestão e Articulação Política), bem como de todas as demais atividades nacionais da Recid.



REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ

Secretariado Nacional

Setor de Indústrias Gráficas

Quadra 06, Lote 800.

CEP: 70610 – 460 Brasília-DF

www.recid.org.br

Fone: 61 3411 – 3890

Plano Político, Pedagógico e Organizativo da Recid, aprovado no 11º Encontro Nacional, a partir das contribuições de educadores/as, estados e macrorregiões, em março de 2012.
--